

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
CONTROLADORIA GERAL

**DISPENSA DE LICITAÇÃO ALUSIVO AO CONTRATO n°:006/2022-SEMED/PMA, para
locação de imóvel com base no artigo 24, x da Lei 8.666/1993.**

Declaramos, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO N°. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, que analisamos integralmente o **PROCESSO N°:2456/2022-SEMED**, referente ao procedimento ao **CONTRATO ADMINISTRATIVO N°:006/2022-SEMED/PMA**, referente a locação de imóvel **não residencial**, situado **na Alameda presidente João Figueiredo, n°:11, Lot. Tóquio C.N.8 Bairro: Coqueiro-Ananindeua-PA**, para o funcionamento do **"ANEXO I EMEF UNIÃO FRATERNIDADE"**, para atender a demanda de 90 (noventa) alunos, oficialmente matriculados. O presente, que entre a Secretaria Municipal de Educação-SEMED/PMA, CNPJ: 06.078.493/0001-69, representada por ato através da Secretária Municipal de Educação Leila Freire do CPF: 526.102.972-91 **em face da ASSOCIAÇÃO SOLIDÁRIA DOS MORADORES DOS PARKS DEUS PROVERÁ, LAGUNA E TÓKIO, CPF: 05.214.948/0001-63**, pelo período de **12 (doze) meses**, a contar da assinatura do presente contrato de 05/01/2022, no valor mensal de **R\$ 2.234,88 (dois mil, duzentos e trinta e quatro reais e oitenta e oito centavos)**. O valor Global do presente Contrato é de **R\$ 26.818,56 (vinte e seis mil, oitocentos e dezoito reais e cinquenta e seis centavos)**. Consta nos autos **Parecer-ASJUR/SEMED de 04/01/2022, assinado pelo Sr. Fábio Rogério de Moura Montalvão**, pelos parâmetros legais da Lei 8.666/1993, fazendo jus do mesmo, **Parecer da PROGE n° 322/2022**, assinado pelo Procurador Municipal o **Sr. DAVID REALE DA MOTA** e por ACATO de ambos o qual concluiu o **Sr DANILLO RIBEIRO ROCHA**, Procurador Geral do Município, que a locação do imóvel supra por meio de Dispensa de Licitação, encontra-se adequada, desde que tomadas as cautelas legais, com base nas regras insculpidas pelo(a)s **art. 24, Inciso X, da Lei n° 8.666/93**, assim como, que diz "ante o exposto considerando que a intenção da Administração se enquadra no dispositivo legal referido, revela-se juridicamente possível a avença para a contratação desejada, com a dispensa de licitação" e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
CONTROLADORIA GERAL

() Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

(X) revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, de acordo com resolução.

Não atende as exigências do artigo 2º da resolução administrativa nº 043/2017/TCM-PA de 19 de dezembro de 2017 do Tribunal de Contas dos Municípios -Pará. Art.6º (...)-II- na fase de resultados, **ATÉ 30 DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO, TERMO ADITIVO OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES.**

Solicitamos assinatura no anexo Termo de abertura de processo administrativo.

() Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que **processo administrativo de dispensa de licitação**, supracitado **encontra-se revestido parcialmente das formalidades legais**, e por fim, **DECLARA** estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Podendo o ordenador de tonar as decisões que melhor lhe adequarem.

Ananindeua-PA, 04 de janeiro de 2022.